



2025

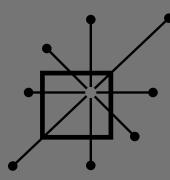
V.18

# História da Historiografia

International Journal of Theory  
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira  
de Teoria e História da  
Historiografia





Artigo Original

AO

Original Article (OA)





# Os rios do Carmo e Gualaxo do Norte: da paisagem aos números nas corografias de Minas republicana (1896-1937)

The rivers of Carmo and Gualaxo do Norte: from landscape to numbers

in chorographies of republican Minas (1896-1937)

---

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

[virginiacastrobuarque@gmail.com](mailto:virginiacastrobuarque@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-2590-1994> 

Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Departamento de Música, Ouro Preto, MG, Brasil.

Marcone de Souza Guedes

[marcone.guedes@aluno.ufop.edu.br](mailto:marcone.guedes@aluno.ufop.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-5433-7026> 

Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil.



## Resumo

Este artigo objetiva interpretar escritas de perfil corográfico que, produzidas entre o final do século XIX e os anos 1930, mencionem os rios do Carmo e Gualaxo do Norte, localizados na região central de Minas Gerais. Tais cursos d'água foram diretamente atingidos com o rompimento da barragem de Fundão em 2015. O estudo, reportando-se à produção do saber histórico nas quatro primeiras décadas republicanas, irá problematizar as matrizes teórico-historiográficas de corografias mineiras que abordaram esses dois corpos hídricos, especialmente textos de Diogo de Vasconcelos, Antonio Olyntho, Nelson de Senna e Daniel de Carvalho publicados pela **Revista do Arquivo Públíco Mineiro**. Como conclusão, postula-se que tais abordagens corográficas transpuseram paulatinamente uma concepção de paisagem que priorizava o passado histórico e a dimensão estética para uma perspectiva espaço-temporal atenta às exigências do método científico, particularmente à sua matematização, de forma concomitante à ampliação da rentabilidade econômica dos rios.

## Palavras-chave

Corografia; historiografia do século XX; história regional e local.

## Abstract

This article aims to interpret writings with a chorographic profile that, produced between the end of the 19th century and the 1930s, mention the Carmo and Gualaxo do Norte Rivers, located in the central region of Minas Gerais. These watercourses were directly affected by the collapse of the Fundão dam in 2015. The study, reporting on the production of historical knowledge in the first four republican decades, will problematize the theoretical-historiographical matrices of Minas Gerais chorographies that addressed these two bodies water issues, especially texts by Diogo de Vasconcelos, Antonio Olyntho, Nelson de Senna and Daniel de Carvalho published by Revista do Arquivo Públíco Mineiro. In conclusion, it is postulated that such chorographic approaches gradually transposed a conception of landscape that prioritized the historical past and the aesthetic dimension to a spatio-temporal perspective attentive to the demands of the scientific method, particularly its mathematization, concomitantly with the increase in profitability economy of rivers.

## Keywords

Chorography; Historiography of the 20th century; Regional and local history.



## Introdução

Os rios do Carmo e Gualaxo do Norte, localizados no estado de Minas Gerais, são importantes agentes históricos para os coabitantes humanos e outros que humanos das áreas por eles banhadas. Eles nascem em pontos distintos do município de Ouro Preto, penetram o território de Mariana e vão encontrar-se nas proximidades do núcleo urbano de Barra Longa. A partir dali, tornam-se um único corpo hídrico, seguindo com a nomenclatura de rio do Carmo até encontrar-se com o rio Piranga, quando passam a ser chamados de rio Doce.

A própria existência das sedes urbanas de Mariana e Barra Longa encontra-se atrelada à presença dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, pois foram intencionalmente constituídas nas suas margens. Como neles havia grande riqueza aurífera e as terras por onde fluíam propiciavam boa prática agrícola, a ocupação das localidades próximas a suas águas ocorreu rapidamente. Não obstante, embora os usos socioeconômicos desses dois rios passaram por mudanças ao longo dos séculos, sua apropriação desordenada e predatória infelizmente manteve-se como um padrão.

Devido à sua relevância, os rios do Carmo e Gualaxo do Norte foram mencionados, ainda que por vezes de forma pontual, em diferentes modalidades de escrita de viés histórico-espacial desde o século XVIII, logo em seguida à ocupação colonial da região: notícias e memórias históricas, corografias, relatos de viagem, estudos de geohistória, até a recente abordagem da história ambiental.

Este artigo tem como objetivo problematizar quais matrizes teórico-historiográficas nortearam as escritas corográficas agrupadas em dois grupos de fontes: textos redigidos entre o final do século XIX e a década de 1930 e editados pela *Revista do Arquivo Público Mineiro* entre 1896 (quando este periódico foi criado) e 1937 (último ano antes da suspensão de novos números, situação que se estendeu até 1975); livro e anuários produzidos por um dos autores publicados pela *Revista* ao longo dessas quatro décadas.

A fundação do Arquivo Público Mineiro (APM) pela Lei 126, de 11 de julho de 1895, inseriu-se na conjuntura da instauração do federalismo republicano, quando as lideranças políticas estaduais buscaram assegurar o reconhecimento de seu protagonismo mediante (entre outras práticas) a inauguração de instituições voltadas à produção de saber espacial e histórico sobre suas regiões. Assim, aconteceu em Minas Gerais: desde o final do século XIX, houve um movimento de valorização das particularidades temporais e geográficas deste estado, assim como de seu papel na constituição da identidade nacional (Antunes; Silveira, 2007, p. 2).

O APM mantinha elementos de convergência com um outro modelo institucional voltado à produção de uma escrita de viés historiográfico: o dos institutos históricos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fora fundado em 1838 como um dos arcabouços para consolidação do Estado-nação imperial, e após a instauração do regime republicano, a fim de



manter a posição que conquistara no plano político-intelectual do país, procedeu a um sistemático redirecionamento de sua formulação historiográfica – “empreendimento delicado, pois deveria retomar o passado colonial, considerar as ‘glórias’ do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano” (Gomes, 2009, p. 31). Dessa maneira, foi sendo elaborado, no interior do IHGB, “um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria, tinha um lugar estratégico” (Gomes, 2009, p. 85).

Nesse processo, o IHGB foi acompanhado por seus congêneres estaduais, a exemplo do Instituto Histórico-Geográfico Mineiro (IHGMG), criado em 1907. Aliás,

desde seu início, o Instituto Histórico mineiro manteve intrínsecas relações com o APM, o que pode ser denotado através de indícios como: os sócios correspondentes do Archivo serem todos declarados fundadores do Instituto; várias das suas sessões terem se realizado ao longo dos anos dentro do próprio APM; além de serem publicadas nas páginas da revista do referido arquivo, algumas atas das reuniões do IHGMG e ainda conferências e outros trabalhos realizados dentro do Instituto (Gonçalves; Nicolazzi, 2014, p. 99).

O Decreto de instituição do APM também determinava o lançamento da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (doravante indicada neste artigo pela sigla RAPM), que teve seu primeiro número editado em 1896, na cidade de Ouro Preto (Andrade, 2014, p. 47). Assim, não foi por acaso que a corografia mineira adquiriu novo fôlego a partir desta data; aliás, o primeiro volume da RAPM publicou, sob o título *Corographia Mineira: questionário*, um elenco de perguntas também distribuído para todos os distritos de paz de Minas: “Nesses levantamentos procuravam-se identificar as produções agropecuárias e as riquezas naturais, população e grupos étnicos, clima e salubridade, constituição geológica e até mesmos tipos de insetos da fauna regional e valores venais dos imóveis” (Venâncio, 2015, p. 46-47).

De forma subsequente, entre 1896 e 1900, 34 trabalhos corográficos foram publicados na RAPM (Venâncio, 2015, p. 47), mas nenhum deles mencionou os rios do Carmo e Gualaxo do Norte. Entre 1901 e 1910, embora o número de escritas corográficas dessa Revista tenha diminuído drasticamente para oito (Venâncio, 2015, p. 47), foi possível encontrar uma que se reportava aos cursos d’água abordados neste artigo: produzida por Antonio Olyntho dos Santos Pires (1860-1925), denominava-se A Mineração – Riquezas Mineraes e foi publicada em 1903. Já em 1906, a RAPM ainda reproduziu o texto comemorativo com perfil corográfico Leal cidade de Mariana, inicialmente publicado na *Folhinha Eclesiástica de Marianna*, impressa anualmente a partir de 1870 pela então Diocese de Mariana (Gráfica e Editora Dom Viçoso, s.d.), em que os rios do Carmo e Gualaxo do Norte foram citados.



As publicações corográficas na RAPM reduziram-se ainda mais nas décadas de 1910 e 1920, pois, como indicado por Venâncio, o arquivo priorizou, a partir desse período, sua atuação como um espaço de consulta de acervo e produção de instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos de fontes) (Venâncio, 2015, p. 52). Assim, apenas no ano 1912, a RAPM publicou outro texto em que os rios do Carmo e Gualaxo do Norte foram citados: um escrito comemorativo, de autoria de Diogo Pereira de Vasconcelos, intitulado *Bi-Centenário de Mariana*. No entanto, ao findar da década de 1920, a situação alterou-se, ao menos no que se refere aos dois corpos hídricos aqui mencionados, com a publicação, em 1928, por Nelson de Senna (1876-1952), de *Toponymia geográfica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais*, seguida, em 1929, pelo texto *Os cyclos da evolução mineira*, de Daniel de Carvalho (1887-1966). A partir daí, as publicações da RAPM tornaram-se esgarçadas: houve apenas um número lançado em 1933, seguido por outro em 1937, no qual o artigo *Sobre ethnographia brasileira: principaes povos selvagens que tiveram o seo 'habitat' em territorio em Minas Geraes*, de Senna, continha uma citação bastante pontual ao rio Gualaxo do Norte.

Em paralelo, Senna publicou duas obras que, tematizando a configuração histórico-espacial de Minas Gerais, mencionaram os rios do Carmo e Gualaxo do Norte: *o Annuario de Minas Geraes: estatística, historia, corographia, finanças, variedade, biographia, literatura e indicações*, lançado anualmente de 1900 a 1920, assim como *A hulha branca em Minas Geraes*, de 1914. Também foi consultado, na elaboração deste artigo, o livro *História Antiga de Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos, publicado em 1901, mas essa produção pode ser melhor alocada como uma escrita historiográfica do que corográfica, pois adota “uma interpretação da história mineira baseada em uma visão de conjunto, situando-a numa temporalidade de longa duração” (Romeiro, 2014, p. 15).

### Escritas corográficas sob distintas configurações

Acerca do formato corográfico, Araújo e Medeiros esclarecem que a corografia foi promovida por uma escrita antiquária e erudita, que ao longo dos tempos modernos especializou-se na chamada história local, por oposição à grande tradição da história política clássica, esta pautada no processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais (Araújo; Medeiros, 2007, p. 24).

No século da colonização das terras de Minas, a corografia era considerada uma escrita diretamente associada à apreensão do espaço, conforme definição expressa pelo *Dicionário Bluteau* em 1789: “descrição particular de algum reino, ou região” (Silva; Bluteau, 1789, p. 332). Tratava-se de um saber complexo, que se apresentava ainda mais desafiador por comportar, simultaneamente, uma remissão temporal às origens ou às conquistas de um Estado de um território, em geral com intuito de legitimar uma dada identidade político-nacional ou regional.

Portanto, articular (sem confundir) tempo e espaço, ou melhor, história e espaço consistiu



em uma incitação epistêmica que o saber histórico veio a defrontar-se em sua constituição como disciplina moderna desde meados do século XVIII. Até então, havia uma imbricação quanto ao conhecimento da presença humana no tempo e no espaço (este também entendido como “natureza”). No desdobrar do Setecentos, a natureza não só foi dotada de uma processualidade temporal específica, como sua investigação passou a ser promovida através de métodos científicos distintos daqueles empregados no âmbito da cultura e das humanidades (Koselleck, 2014, p. 10; 73-74). Vale destacar que é justamente neste contexto que emerge “[...] uma oposição duvidosa entre natureza e história, que ainda hoje nos assombra - hoje talvez até mais do que antigamente por causa dos desafios dos problemas ecológicos.” (Koselleck, 2014, p. 73-74)<sup>1</sup>. De forma concomitante, o saber histórico, cada vez mais dissociado do gênero literário, com o tempo e o espaço não se limitando a efeitos estilísticos, foi cada vez mais complexificando sua consideração acerca da temporalidade, que poderia inclusive ser decomposta em instâncias espaciais (local, regional, nacional) (Gomes, 2009, p. 59)

A produção corográfica, por sua vez, mostrou-se particularmente importante no Brasil entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XX, viabilizando uma integração simbólica do Império português, depois brasileiro, mediante o reconhecimento de diversidades temporais e espaciais que, entrecruzadas, enriqueceriam, sem ameaçar, a almejada unidade (Kodama, 2008, p. 379).

Contudo, os critérios para elaboração de narrativas corográficas a longo dessas temporalidades mostraram-se alvo de embates, que podem ser reportados a duas conjunturas distintas no debate associado à concepção de história do Brasil. A primeira delas vincula-se à preferência conferida, no Segundo Reinado, às narrativas gerais, dinâmica também relacionada ao advento das chamadas histórias naturais, as quais, todavia, por seu caráter universalizante, conferiam às corografias uma inserção ambígua: “os corógrafos, transformados em naturalistas, tinham dificuldades em reduzir seu próprio programa de uma história local às demandas por descrições taxonômicas” (Araújo; Medeiros, 2006, p. 26). Tal tensão culminou na configuração de um modelo corográfico com subordinação do local ao nacional, cuja produção e divulgação foram, não raramente, subsidiadas pelo Estado imperial brasileiro. Não obstante, “não devemos pensar que a hegemonia do modelo da história geral no século XIX significou o abandono das histórias particulares [...] [que] foram também lugares de resistência” (Araújo; Medeiros, 2007, p. 29).

Numa segunda e distinta conjuntura historiográfica, após o estabelecimento do regime político republicano no país, foi promovida uma sobrevalorização das escritas sobre o local, pois

<sup>1</sup>O capítulo Espaço e história, dessa mesma obra, traça uma consistente (ainda que sucinta) recapitulação de importantes questões teóricas envolvendo as relações entre espacialidade e temporalidade histórica no âmbito do conhecimento histórico.



"os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao novo padrão de científicidade que emergia, bem como com as novas demandas políticas" (Araújo; Medeiros, 2007, p. 29).

Foi nesse contexto que Diogo de Vasconcelos, Antonio Olyntho Pires, Nelson de Senna e Daniel de Carvalho formularam seus textos corográficos na RAPM, mencionando os rios do Carmo e Gualaxo do Norte. Quatro autores de perfis geracionais<sup>2</sup>, políticos e intelectuais muito distintos, a despeito de partilharem trajetórias similares quanto ao nascimento na região central de Minas, e à formação superior.

Os quatro também compartilhavam uma procedência ou relacionamento próximo com famílias envolvidas com a política mineira. Pires "era neto de Josefino Vieira Machado, barão do Guaicuí, participante da Revolução de 1842 e chefe político em Diamantina" (Souza, 2017, p. 30). Vasconcelos era bisneta de Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos e sobrinho-neto de Bernardo Pereira de Vasconcelos, figuras de grande destaque no cenário político do Segundo Reinado (Silva, 2013, p. 35). O pai de Carvalho foi o primeiro juiz da comarca do recém-emancipado município de São Domingos do Prata em 1890, indicativo de fortes conexões políticas. Senna era filho de Cândido José de Sena, político e coronel da Guarda-Nacional, casado com Emília Gentil, filha do coronel Antônio Gentil Gomes, que, à época do Império, havia sido deputado e chefe político de Mariana (Souza, 2017, p. 38; 42).

Esse quarteto de intelectuais viu-se envolvido diretamente na conturbada conjuntura de transposição do regime imperial ao republicano, mas em posições discrepantes. Vasconcelos era monarquista, atuando como um dos principais correligionários do Partido Conservador Mineiro durante o Império. Com o advento da República, participou da fundação, em 1890, na cidade de Ouro Preto, do Partido Católico, pelo qual elegeu-se vereador desse município (1892-1896) (Veiga, 1998 [1897], p. 157), conforme visto também em Romeiro: "Católico fervoroso [...] Vasconcelos declarava-se monarquista impenitente: o advento da República fê-lo, num primeiro momento, se retirar, decepcionado, da vida pública" (Romeiro, 2014, p. 39-40).

Já os outros três autores eram adeptos do republicanismo e filiaram-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Pires foi um republicano histórico que participou da fundação do PRM em 1888;<sup>3</sup> Senna nele ingressou na primeira década do século XX, seguido por Carvalho. Na passagem do XIX para o novo século, os dirigentes desse Partido buscavam adesões dos que se destacavam na imprensa, na advocacia e na docência (Souza, 2017, p. 32), caso desses três

2 Diogo de Vasconcelos viveu a maior parte da vida no século XIX, fazendo parte da geração anterior a de Antonio Olyntho e duas gerações daquela dos demais autores.

3 Antônio Olyntho assumiu o governo provisório de Minas, após a proclamação da República, até que Cesário Alvim, que seria empossado como presidente, conseguisse chegar a Ouro Preto.



intelectuais.

Assim, não por acaso os três autores não apenas publicaram textos na RAPM, como também participaram ativamente de distintas associações de produção de saber histórico-geográfico, prática igualmente mantida por Vasconcelos.<sup>4</sup> Dessa maneira, Senna foi correspondente do Arquivo Público Mineiro e também contribuiu com o IHGB, IHGMR, Arquivo Nacional e a Academia Mineira de Letras. Alguns dos seus trabalhos perduram como referências em textos acadêmicos no tempo presente. Pires também era membro do IHGB e vice-presidente do IHGMR, além de integrante da Sociedade Brasileira de Geografia. Publicou vários textos sobre conjunturas históricas de Minas, além de colaborar no Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil, lançado em 1923 (Carvalho, 2012, p. 63). Carvalho ingressou no IHGB em 1957, bem mais tarde que os outros três autores. Ele havia publicado, em 1916, Notícia histórica sobre o algodão em Minas, mas a partir daí seus esforços distanciaram-se da dimensão histórica, com os escritos nesse campo retornando apenas em 1964, quando lançou, em edição do autor, *Ensaios de crítica e história*.

Através dessa atuação letrada, torna-se perceptível um alinhamento ideológico-político dos autores. Por um lado, é explícito o viés laudatório e nostálgico do passado e da espacialidade mineiras adotado por Vasconcelos, que não por acaso defendia a manutenção de Ouro Preto como capital do Estado e, dessa maneira, atinha-se a uma interpretação glamoura do passado, na qual os rios também se faziam presentes – uma leitura bastante próxima à que se encontra “no prefácio das ‘Obras Líricas’ e no depoimento que fez no processo da Inconfidência, [onde] o Dr. Cláudio [Cláudio Manoel da Costa] [...] qualifica de ‘pátrio rio’ o Ribeirão do Carmo” (*Poetas de Vila Rica*, 1937, p. 395).

Já Pires e Carvalho pertenciam à ala modernizadora do PRM, que apregoava o progresso do Estado mineiro, contrapondo-se a grupos tradicionais, a quem Nelson de Senna estava a princípio vinculado (Silva, 2013, p.12). Nessa composição de forças políticas, Pires conseguiu eleger-se deputado federal por Minas (1891-1894) e foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas (1894-1896). Mas em 1897, o PRM foi reorganizado sem sua participação e de outros republicanos históricos.

Pouco depois, em 1907, Senna foi eleito deputado estadual. De forma concomitante, ainda em 1906, publicou em seu *Annuario* um elogio aos rumos modernizantes de Minas: “Só a mudança da Capital, da velha cidade de Ouro Preto para a nova e belíssima cidade de Belo Horizonte, em 1897, constitui um dos grandes passos dados pelo Estado, após a República” (Senna, 1906, p. 67). A partir daí, Senna perdurou como deputado estadual por mais duas legislaturas (1911-1918).

---

<sup>4</sup> Vasconcelos foi membro da Academia Mineira de Letras, do IHGB, um dos fundadores do IHGMR e do Instituto Histórico de Ouro Preto.



Efetivamente, os governos de Francisco Sales (1902-1906) e João Pinheiro (1906-1908) são geralmente considerados pela historiografia como de viés modernizante. Esta modernização pautava-se sobretudo na busca pela diversificação agrícola (sem descurar da produção de café); pela qualificação para o trabalho, mediante escolas primárias e técnicas; pelo estabelecimento de crédito e pela viabilização dos meios de transporte (Souza, 2017).

João Pinheiro faleceu em 1908, e foi Francisco Sales quem perdurou como figura de ampla influência por toda a década de 1910 e parcela da de 1920. A partir do governo estadual de Arthur Bernardes (1919-1921) foi adotado postulado “do desenvolvimento econômico e da tecnocracia em lugar da oligarquia” (Souza, 2017, p. 44). Um dos marcos simbólicos desse governo de Minas foi o embate nacionalista em prol da industrialização e do ferro mineiro, que contou com o apoio de Senna como deputado estadual em novo mandato (1919-1922) (Souza, 2017, p. 21).

O sucessor de Artur Bernardes em Minas, Raul Soares (1922-1924), favoreceu as eleições de Nelson de Senna para o legislativo federal por Minas Gerais entre 1922-1929, com recondução para o mandato de 1930, cassado por seu vínculo com a Aliança Liberal (Cpdoc, s. d.). Já Daniel Serapião de Carvalho elegeu-se deputado estadual em 1922, mas renunciou ao aceitar o convite para assumir a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas (Cpdoc, s. d.). Em 1927, foi eleito deputado federal, apoiando igualmente, em 1929, os candidatos da Aliança Liberal à presidência da República e sendo reeleito deputado federal em 1930 (Cpdoc, s.d.).

Em conformidade ao ideário político modernizante, é possível identificar algumas especificidades entre os três autores republicanos que publicaram na RAPM. Por um lado, Pires, ao participar do debate realizado na primeira década do século XX sobre a viabilidade da exportação do minério de ferro de Minas, considerou que não haveria interesse por parte de compradores internacionais face à distância dos locais de extração dos polos carvoeiros e dos centros de produção de aço, tendo preferido ater-se a práticas minerárias recorrentes nos séculos anteriores, principalmente a extração de diamantes. Depois de formado, inclusive, ele dirigiu um serviço de exploração de diamantes na localidade de Portão de Ferro, próximo de Diamantina (Paula, 2017, p. 318). Em contrapartida, Nelson de Senna mostrou-se bastante interessado pela siderurgia: em 1923, ele elencou

As grandes riquezas do País em jazidas e minérios de ferro, cálculos e estimativas de sua presença em território de Minas Gerais; avaliação do nosso potencial de ‘hulha branca’ e resenha das maiores quedas de águas industrialmente aproveitáveis, nas regiões mais ricas em depósitos de minérios (IHGMG [b], s.d.).

Paralelamente, Carvalho, durante sua gestão à frente da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, realizou intervenções para a navegação no rio São Francisco;



posteriormente, construiu em Viçosa a Escola Superior de Agricultura, iniciou a construção das primeiras estradas de rodagens e das primeiras pontes de concreto em Minas, reaparelhou a Rede Mineira de Viação e produziu o Plano da Nova Divisão Administrativa do Estado.

De forma concomitante, sobretudo Carvalho e Pires buscavam dotar o saber sobre o tempo-espacó mineiro de um uso pragmático, de intervenção infraestrutural ou econômica em prol da implantação da almejada modernidade. Portanto, os rios deveriam também vincular-se, para esses dois autores, a um progresso que penetraria em Minas através das suas águas.

No contexto mineiro, a aura de modernidade trazida pelo 15 de Novembro foi simbolicamente coroada com uma data, um local, um evento e um nome: o I Congresso Agrícola, Comercial e Industrial (I CACI), realizado em maio de 1903, na recém-fundada capital do Estado de Minas Gerais, a Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, sob a direção de João Pinheiro. [...] [...] a maneira como os rios foram tratados pela equipe de especialistas das mais diversas áreas que se reuniram na Comissão Fundamental do I CACI, cuja função foi identificar os recursos naturais vistos como potencialmente estratégicos [...]: Adjetivados como ‘potências hidráulicas’ das Minas Gerais, os rios foram exaltados como fundamentais meios de comunicação, força hidráulica e depósito aurífero e mineral (Sevilha, 2022, p. 175).

## A composição de paisagens históricas

A cultura letrada oitocentista conferiu grande valorização a uma estética paisagística, mas a concepção de paisagem já havia se tornado referência desde a Renascença francesa, justamente quando emergiu no uso social o vocábulo *paysage* para indicar uma percepção estética do espaço natural que também vinha se delineando na Itália e na região de Flandres (Maximiano, 2004, p. 85). O termo se consolidou como referência a uma imagem ou espetáculo visual do mundo natural, um panorama cênico dessa espacialidade, constituída sob a perspectiva do olhar de um observador. Paisagem implicava, portanto, um enquadramento, pelo qual a natureza (com figuras humanas ou sem ela) era transmutada em cenário e tema da produção artística (Silva, 2022, p. 225).

O interesse das camadas médias e elitizadas da Europa pela paisagem aumentava na proporção da rápida industrialização e urbanização dos principais centros urbanos nos séculos XVIII e XIX, que juntamente com o imaginário romântico, suscitaram certa nostalgia de uma idílica vida rural. Cabe observar, porém, que tal fruição referia-se a uma paisagem “domesticada”, em afinidade com a noção de “pitoresco”: ela deveria ser agradável ao olhar e aprazível aos demais sentidos, mesclando de modo harmonioso (mas não geometricamente disposto, como prezava a arquitetura da Era Clássica anterior) cores e texturas variadas, luzes e sombras, odores e sons (de pássaros e



pequenos animais etc.). O que escapasse ao pitoresco, ou seja, que se mantivesse em estado de “selvageria bruta”, ainda seria paisagem, mas vista como um desafio a uma integração, ainda que parcial, aos moldes (poderes) civilizatórios (Fávero, 2012).

Cabe, assim, considerar a vigência de uma noção de “paisagem histórica” como configuradora de uma escrita corográfica no final do século XIX e início do XX? Este artigo postula que sim: o espaço dessa paisagem seria a incidência temporal, mais especificamente os registros vislumbrados acerca de um passado e sua articulação com o presente e o futuro (nesse moderno encadear da historicidade) em uma circunscrição geográfica específica; essa peculiar conjugação de tempo e de espaço propicia então a inserção do singular (em termos de localidade ou de região) no plano civilizatório (da nação e da humanidade).

Para tanto, o corógrafo deveria assumir uma tríplice função: de compilador das informações previamente existentes; de investigador de dados ainda desconhecidos; de contemplativo, na fruição da experiência por ele vivenciada em relação a um espaço perpassado de referências temporais. Para tanto, ele deveria entrecruzar atitudes de fidelidade e perspicácia com densidade emocional e senso figurativo, até mesmo imaginativo.

Uma importante referência para tal configuração de escrita foi Alexander von Humboldt, por sua inclusão, no âmbito do saber, da dimensão subjetiva (mediante a apreciação estética) e da tessitura de conexões/tensões entre os aspectos particulares e um sentido universalizante. Nele, a paisagem deveria ser elaborada pelo escritor ou pintor sob certa hierarquia: “O artista deveria inicialmente captar os elementos individuais da mesma, para num segundo momento compor [...] as massas ou grupos contrastantes, capazes de revelar a ‘impressão total’ ou o caráter específico da região estudada” (Mattos, 2004, p. 161).

Portanto, a redação de paisagens históricas requeria certa habilidade artística, como explicado por expoentes do historicismo germânico, a exemplo de Jacob Burckhardt, em “Le cicérone, guide de l’art antique et de l’art moderne en Italie”, de 1850, ou Wilhem von Humboldt, irmão de Alexander, no texto “A tarefa do historiador”, de 1821. Tais produções apontavam para o caráter fragmentário da história vivida, reconhecendo o papel da imaginação (ou da intuição, dom de estabelecer conexões, no dizer de W. Humboldt) na escrita sobre a experiência histórica, sem que isso a confundisse com uma abordagem literária ou ficcional (Toma, 2021, p. 14).

Foi sob essa dinâmica que as corografias produzidas desde o final do período colonial em Minas adotaram um relato em que paisagens fossem descritas em analogia a representações pictóricas:

A paisagem é representada nas corografias como um cenário, pois ela é dada pelo arranjo dos elementos naturais em uma determinada dimensão do território. A investigação das províncias levava em conta a complexidade da percepção da



paisagem, pois além da natureza, existia em um mesmo espaço um conjunto de lembranças, significados, mitos e símbolos (Macedo, 2007, p. 65).

Todavia, a elaboração de paisagens dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte nas corografias mineiras publicadas pela RAPM apresentou-se pontual, diferindo-se assim do tratamento conferido a esses dois cursos d'água em textos de perfil corográfico elaborados nos séculos XVIII e XIX. Citações relativas à presença impactante dos ribeirões, presentes em trabalhos anteriores, a exemplo de *Memoria historica da Capitania de Minas Geraes*, de José Joaquim da Rocha, datada de 1788 e republicada pela RAPM em 1897, praticamente desapareceram, num possível indicativo de que haviam sido de tal forma incorporadas à percepção cultural da região que deixaram de ser consideradas dignas de registro. Justificativa paralela para essa ausência pode encontrar-se na parcial perda de importância histórico-política das regiões banhadas pelos dois rios tematizados neste artigo, principalmente após a mudança da capital para Belo Horizonte.

Dessa maneira, quase não houve comentários, nas corografias da RAPM, sobre a extensão ou o volume das águas que corriam pelo Carmo e Gualaxo do Norte, antes associados ao traçado de fronteiras e a marcos de ocupação locais.<sup>5</sup> Nenhuma remissão também foi feita à qualidade das águas, em contrapartida a tal registro nas corografias precedentes.<sup>6</sup>

Apenas dois indicativos relativos a essas características foram encontrados. O primeiro, de autoria de Diogo de Vasconcelos, descreveu o rio do Carmo como "defeso e guardado, [...] no fundo escuro das brenhas" (Vasconcelos, 1912, p. 24). Já o segundo, de Daniel de Carvalho, apresentava o rio do Carmo como "encachoeirado e borbulhante, [e] elevando as nuvens os flocos de espuma irisada, espraia-se, remansoso, no vale [...] lento e prestadio, [...] tranquilo e majestoso, melhor pode refletir o azul do céu! (Carvalho, 1929, p. 175). Duas "paisagens" distintas, concomitantes aos diferentes posicionamentos teórico-ideológicos de seus autores, em que o mesmo rio ora aparecia como fator de resistência à ocupação luso-brasileira, ora revelava-se protagonista no espaço incorporado à geopolítica mineira. Assim, no caso de Vasconcelos, por exemplo, "[...] ele circunscrevia, como seus predecessores, a história mineira no âmbito da capitania das Minas Gerais, afastando por completo a possibilidade de articulá-la aos eventos históricos em curso em toda América Portuguesa. Regionalista até a medula [...]" (Romeiro, 2014, p. 17).

Aprofundando tais especificidades na composição paisagística do Carmo, foi possível identificar, na escrita de Vasconcelos, contornos da concepção estético-romântica do "sublime",

<sup>5</sup> A exemplo de "Breve descripção geographica, physica e politica da Capitania de Minas Geraes", originalmente redigido em 1807, por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, e transcrita pela RAPM em 1901b, à p. 766.

<sup>6</sup> José João Teixeira Coelho afirma: "O sítio em que está fundada [a cidade de Mariana] é quase plano, e dos agradáveis que há nos matos; os ares são puros, e as águas excelentes" (Coelho, 1903 [1780], p. 417).



vivência-limite da sensibilidade humana, seja por provocar admiração e prazer ou, em contraponto, horror e medo<sup>7</sup>, conforme demonstra Silveira:

Vasconcelos, como foi comum entre os românticos, começou concebendo a grandiosidade do passado mineiro pela exuberância da natureza –, mas uma natureza de horror, como demonstra sua narrativa sobre a conquista do rio São Francisco, ‘um dos maiores rios da América e o primeiro que se inscreveu no inventário da civilização’ (Silveira, 2014, p. 139).

É interessante perceber, de forma imbricada a essa estética, como esse mesmo autor projetou impressões subjetivas que os sertanistas do final do século XVII poderiam ter experienciado conforme caminhavam entre as margens do rio Gualaxo do Norte em direção ao ribeirão do Carmo:

Fitando desse alto o mundo estendido a seus pés, e que somente esperava a sua voz para emergir da barbaria, o Coronel [Salvador Furtado] arrancou-se do êxtase e deu o sinal de marcha. [...] Perlongo em seguida animadamente nessa mesma tarde acamparam nas margens do Ribeirão do Carmo (Vasconcelos, 1901a, p. 132).

Assim, corografias mineiras republicanas poderiam entrecruzar temor e sofreguidão em suas narrativas acerca dos rios, entendidos como pertencentes a uma dimensão “indomada” – e, portanto, ainda misteriosa – e confrontados com os padrões civilizatórios europeus.

Em contrapartida, foi possível reconhecer um fator de permanência entre as corografias mineiras da Colônia, Império e primeiras décadas da República: não apenas existências inanimadas, flora e fauna eram associados ao “mundo natural”, mas também, em âmbito simbólico, as sociedades ameríndias eram a ele reduzidas, de forma antinômica à cultura e à civilização de padrão eurocentrado. Tal concepção já se fazia presente na escrita corográfica de Diogo de Vasconcelos de 1807 (bisavô do historiador das primeiras décadas republicanas), a qual foi aliás publicada pela RAPM em 1901. Naquele texto oitocentista, matas e sertões eram mencionados como espaços de barbárie, onde residiam grupos indígenas, inseridos por Vasconcelos na seção referente à “Natureza Animal da Capitania” (Vasconcelos, 1901b; Araújo; Silva, 2012, p. 49).

Tempos depois, Nelson de Senna, no texto *Sobre ethnographia brasileira*, assim citou os Guarachués, interligando-os aos rios e à fauna:

Índios da região entre Ouro Preto, Marianna, e Piranga, ocupavam os valles de alguns afluentes dos rios Carmo e Guarapiranga, tendo ligado os seos nomes aos

<sup>7</sup> Esta estética foi sintetizada, sobretudo, no livro de Edmund Burke, *Investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias sobre o sublime e o belo*, de 1757.



rios Gualacho do Sul e Gualacho do Norte. [...] Os que andam como o guará (espécie de garça): eis o que significa Guará-chué (o ‘guará vagaroso’) (Senna, 1937, p. 344).

Tal redução dos indígenas a um estado de animalidade (ou seja, de selvageria) parece estar diretamente associada à tentativa de legitimação ideológica da conquista das terras cortadas pelos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, processo levado a cabo pelo extermínio e pela escravização.

Dessa maneira, não é fruto da casualidade o fato de que “Diogo [de Vasconcelos] atribui os males políticos e sociais à mestiçagem pronunciada dos moradores de baixa condição das fronteiras – bastardos, carijós, mamelucos -, ou nas Minas do ouro, conferindo aos senhores, os ‘potentados’, um papel destacado na continuidade da ordem civil e política” (Andrade, 2014, p. 61).

Outro aspecto recorrente nas corografias ao longo de mais de dois séculos foi o destaque conferido ao processo histórico de colonização do território dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte. Assim, como aponta o próprio Diogo de Vasconcelos no livro História Antiga das Minas Gerais, o resguardo desses cursos d’água (por ele mencionado no texto de 1912, anteriormente transcrito), se defrontaria com uma limitação histórica: ao final do século XVII, Salvador Furtado e os sertanistas que o seguiam, prosseguindo pela costa do rio Gualaxo do Norte, “[...] erguendo então os machados fizeram retumbar o côncavo das florestas aos golpes da posse e desceram para as fraldas da serra, de onde começaram a ouvir o estrépito soturno das águas” (Vasconcelos, 1901a, p. 132).

Não obstante, se as corografias da RAPM não deixaram de mencionar a ocupação colonial da localidade banhada pelos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, mas por vezes a descreveram de forma pejorativa, devido à rarefação da presença efetiva da Coroa, corporificação político-jurídico-simbólica do projeto civilizatório metropolitano. Tais escritos assim veiculavam a imagem de uma “multidão” ou de um “ajuntamento”, que simultaneamente uniformizava e depreciava aqueles que se dirigiam para a região em busca das riquezas auríferas. O texto de Antonio Olyntho, por exemplo, afirmou que “As margens e os afluentes do Ribeirão do Carmo achavam-se coalhadas de população diariamente crescente, que numa faina febril partilhava os sumptuosos tesouros ali acumulados pela natureza num trabalho de muitos séculos” (Pires, 1903, p. 932). Mais uma vez, replicava-se o padrão de entendimento dos séculos anteriores, pelo qual as “ruidosas multidões” eram um potencial indicativo de desordem social. Nessa perspectiva, a historiadora Júnia Furtado indica que o Conde de Assumar, em discurso sobre a Revolta de 1720, em Vila Rica, atribuiu ao contínuo remexer da terra em busca de ouro, numa analogia com o despertar dos humores do inferno, o caráter inquieto dos mineiros, concluindo que os motins eram “naturais de Minas” (Furtado, 2008, p. 32).

Nesse quadro conturbado, as escritas corográficas republicanas buscaram identificar pilares fundadores do processo de civilidade regional, de modo a não lançar dúvida sobre a validade da colonização. Um desses índices era justamente a sede urbana primeva do Ribeirão do Carmo,



descrito através de paisagem fundadora: “o general Antônio de Albuquerque, escolhendo o Ribeirão para centro de seu governo, aqui erigiu, há dois séculos, faz hoje, no Arraial de Cima a primeira vila da terra mineira” (Vasconcelos, 1912, p. 27). Segundo um dos documentos transcritos pela RAPM mencionou que o governador Albuquerque erigiu a vila de Nossa Senhora do Carmo próxima do Ribeirão do Carmo porque foi ali que encontrou povoação mais avultada (Pizarro, 1909, p. 557), o que revela a importância tanto do respectivo curso hídrico quanto da aglomeração de pessoas que ali se formava. Concernentemente, comprehende-se que o pensamento de Vasconcelos sobre os lugares mineiros poderia ser sintetizado a partir da proposta “[d]a civilização do sertão, composta de cristianismo e urbanidade” (Andrade, 2014, p. 56).

Um segundo marco eram os sítios e fazendas às margens dos rios do Carmo e Gualaxo, numa incorporação do território ocupado ao sistema produtivo-mercantil local, regional e metropolitano/internacional, bem como sua inserção em um modelo de ordem política encabeçada pelo Estado. Assim, por exemplo, descrevia Nelson de Senna, “No vale do Gualaxo do Norte (distrito de Furquim, município de Mariana), há um sítio ou paragem do Caxambu” (Senna, 1928, p. 108-109).

Simultaneamente, as corografias publicadas na RAPM praticamente não mencionaram a presença de africanos nas áreas banhadas pelos rios do Carmo e Gualaxo do Norte. Em exceção, um dos textos de Senna fez referência ao córrego Dendy, situado no vale do entroncamento desse último rio com o Piranga (Senna, 1937, p. 274-275). De acordo com esse escrito, o nome é de terminologia indígena, sendo uma palavra híbrida, afro-tupi, que significaria, inclusive em vinculação a um dos cursos d’água da região, “córrego dos dendêns”. O termo, por sua vez, faz menção a outro elemento da paisagem local, conforme explicado no fragmento abaixo:

Dendê, nome africano de uma palmeira do Congo e Guiné, introduzida, desde o século XVI, em nosso país – a *Elais guineenses* – e y ou yg, ‘água’, em língua tupi, e, por extensão de sentido, qualquer arrôio, córrego, regato, ribeiro, ribeirão, ou mesmo rio pequeno. Essa planta se tornou nativa, no Brasil, principalmente na Bahia e sertões do São Francisco. Por isso o nome dendê se generalizou, ali (Senna, 1937, p. 274-275).

Em suma, nas escritas corográficas republicanas consultadas, os rios do Carmo e Gualaxo do Norte foram apresentados como presenças relevantes da paisagem mineira: eram suas águas, que descendo dos montes em grande quantidade, a abastecer infinitas fontes e diversos chafarizes, propiciavam a ocorrência da vida social (Vasconcelos, 1901a, p. 790-791).



## O realismo dos números

Uma escrita corográfica pautada na composição de paisagens, com adoção de uma perspectiva engrandecedora dos rios (ainda que reconhecendo, sob a estética do sublime, seu potencial devastador), foi sendo alvo de críticas desde o final do século XIX. Assim, por exemplo, Tobias Barreto, um dos integrantes da guinada do realismo-naturalismo vigente no país desde os anos 1870, expressou no poema-manifesto *Decadência!* sua refutação à representação da excelência do Brasil pautada em sua exuberância natural:

[...] Por que não te ergues, ó Brasil fecundo,  
Por vastas ambições, por fortes brios...?  
Que glória é esta de mostrar ao mundo  
Em vez de grandes homens, grandes rios? [...]

(Barreto, 1925 [1870], p. 154 *apud* Murari, p. 64-65)<sup>8</sup>

Também a historiografia brasileira do início do século XX mostrou-se refratária a interpretações que considerava demasiadamente deterministas acerca da potência do meio natural sobre as práticas humanas. Uma dessas críticas, dirigida, por exemplo, do jurista mineiro Pedro Lessa,<sup>9</sup> que tomou posse como membro do IHGB em 1907, dirigiu-se à assertiva defendida por Henry Buckle em *História da civilização da Inglaterra*, segundo a qual a natureza incidiria na constituição dos indivíduos e, em decorrência, das sociedades: enquanto em regiões de clima frio ou temperado, as restrições do meio natural favoreceriam o aperfeiçoamento pessoal e social, naquelas de clima quente e solo fértil, devido às maiores facilidades para sobrevivência, não ocorreria um aprimoramento do trabalho, tornando tais povos reféns das sensações e da imaginação e, portanto, incapazes de civilização (Murari, 2002, p. 101). Segundo Ângela de Castro Gomes, estava em questão

[...] a discussão sobre se o motor da história (a ‘explicação’ da ação humana) era o que se chamava de livre arbítrio ou se eram os vários tipos de determinismo. Nesse último caso, já se estabelecera uma área para distintos entendimentos, pois havia classificações de determinismo: mecânico (ou fatalismo), fisiológico (temperamento, ambiente etc., ‘abstraindo-se’ a consciência humana) e também o psicológico. [...]

8 O autor refere-se à obra BARRETO, Tobias. *Decadência!* [1870] In: *Obras completas*. Sergipe: 1925. V. 1.

9 Nasceu na cidade do Serro em 1859 e, em 1907, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (Gomes, 2009, p. 32).



considerando-se as “reflexões” de Pedro Lessa, é fundamental esclarecer que, de uma forma geral, Buckle era reconhecido por seu esforço por tornar a história uma ciência, o que, em seus termos, significava descobrir os princípios que ‘explicavam o caráter dos povos’. Uma proposta desafiadora, que exigia o abandono dos dois sistemas, doutrinas ou dogmas até então muito vigentes, representados, de um lado, pelas explicações fundadas na vontade divina ou predestinação, e, de outro, na vontade humana ou livre arbítrio. Para muitos dos leitores de Buckle, entre os quais Pedro Lessa, nessa proposição residia uma grande contribuição ao pensamento científico da época. [...] [Contudo,] para Lessa, a teoria de Buckle sobre o poder dos agentes físicos na explicação do progresso das nações da Europa e de outras regiões também era exagerada e insustentável [...]. Outra objeção era a pouca importância dada por Buckle ‘à ação do governo e das classes dirigentes para o melhoramento da sociedade’ [...] Os fatos históricos sofriam o influxo dos fatores físicos, mas era fundamental considerar a influência da inteligência humana para se pensar numa aplicação dessa teoria do determinismo (Gomes, 2009, p. 33-34; 47-48).

A abordagem do meio natural promovida pelas corografias republicanas, em afinidade com essa perspectiva, mostrou-se geralmente acompanhada pela afirmação de que a capacidade humana, expressa sobremaneira pela industrialização, era passível de superar quaisquer determinismos ambientais:

O ambiente natural de Minas Gerais é descrito nas Atas da Comissão Fundamental do I CACI [1903] como sendo de um ‘dilatado território de latitude tropical’, onde as montanhas são alternadas e contrastadas por planícies e vales profundos, com belas campinas e férteis pastagens, ‘cortado em todas as direções por águas vivas e fartos caudais’. [...] Minas ostentava, de Paraíba ao Pirapora, ‘numerosíssimas e possantes quedas de água, forças naturais e permanentes, para os mais variados trabalhos manufatureiros, depósitos inesgotáveis de [h]ulha branca, para custeio de usinas elétricas e aproveitamento das muitas aplicações dessa força avassaladora’. A questão que então estava implicitamente imposta aos membros da Comissão era: se a natureza dotou o território de Minas Gerais de tamanha ‘riqueza’, quais as razões da ‘estagnação’ e da ‘perda de substância’? A conclusão geral: em se tratando de uma economia capitalista, não bastava ter os recursos disponíveis, era preciso torná-los atrativos, isto é, economicamente rentáveis (Sevilha, 2022, p. 179).



É interessante perceber que as corografias mineiras investigadas neste artigo, voltadas a essa dinâmica industrial, não mencionaram práticas minerárias empreendidas desde o século XVIII nos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, como a faiscação, a abertura de tabuleiros ou a grupiara. Não obstante, elas foram descritas em textos dos séculos XVIII e XIX publicados no mesmo conjunto de volumes da RAPM. Assim, um leitor interessado poderia ter acesso a essas informações, consideradas pelo pensamento erudito como memória histórica, mas o enfoque das corografias republicanas direcionava-se ao desenvolvimento futuro a ser alcançado, não no passado. Por isso, nessas escritas, era a mineração promovida pelo maquinário industrial que mais interessava, face à sua maior lucratividade.

No tocante aos dois rios, a atenção das corografias concentrava-se principalmente na atuação de empresas minerárias. Antônio Olyntho referiu-se à Companhia Mineralógica Brasileira, “lançada no Rio de Janeiro, em 1901, com o capital de 2000 contos de réis, dos quais só realizou 400, para comprar e explorar as minas do Falcão e Venda do Campo, bem como as aluviões do rio Gualaxo, no sítio denominado Volta do Rio, tudo nas proximidades de Ouro Preto” (Pires, 1903, p. 967). A mesma empresa foi mencionada por Nelson de Senna, em seu comentário no Annuario, sob a denominação Empresa Brasileira de Mineração:

Concessionária da exploração de minerais, no leito do Ribeirão do Carmo, município de Mariana e que funcionou sob a direção técnica do engenheiro Thimoteo da Costa, tendo sido organizada no Rio de Janeiro, pelos drs. Luiz da Rocha Miranda, Alberto de Faria e A. de Siqueira, em 1902 (Senna, 1906, p. 77).

A Empresa citada por Pires e Senna atuaria de forma coexistente à mineradora The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited, companhia de capital francês fundada entre 1883-1884. Em 1901, esta Companhia adquiriu a Santa Anna Gold Mining Company, que englobava as minas de Maquiné e Santa Anna, próximas à Passagem (ou seja, na bacia do rio do Carmo) (Souza, 2009, p. 49). Ela operou até maio de 1927, quando foi vendida ao grupo Ferreira Guimarães, composto por banqueiros e industriais de Minas. Foi então criada a Companhia Mina da Passagem Sociedade Anonyma, que atuou até 1954 (Souza, 2009, p. 50). Entretanto, não houve menção a essas mineradoras operantes em Passagem de Mariana pelas escritas corográficas da RAPM, talvez porque a Companhia Mina da Passagem tenha tido uma atuação mais efetiva junto ao rio do Carmo apenas na década de 1950 (Oliveira, 2020, 161).

Simultaneamente, os rios analisados foram mencionados pelas corografias publicadas na RAPM em interface a outras práticas econômicas. Daniel de Carvalho, em 1929, afirmou estar



o rio do Carmo “fertilizando as terras marginais sob a sombra das ramagens e das flores que se debruçam sobre seu leito” (Carvalho, 1929, p. 175). Logo, ele entrecruzou a aprazível concórdia entre os elementos naturais junto aos rios (o que também comportava a idealização de paisagens exemplares, em uma retomada da estética romântica), com o indicativo de sua rentabilidade, ao mencionar a fertilidade das terras – promessa para a agricultura – suscitada pelas águas. Em paralelo, Senna, no Annuário de 1913, afirmou ser o rio do Carmo muito piscoso (Senna, 1913, p. 678).

Para ratificar a potencialidade econômica da região dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, indissociável de suas águas, as corografias publicadas na RAPM recorriam a critérios vinculados à metodologia científica da época, como os parâmetros de objetividade e precisão. Nesse sentido, um dos requisitos a ser cumprido era a exata nominação dos elementos do mundo natural, entre os quais os rios. Cabe indicar que parcela das corografias desse período conferia um caráter mais etimológico a essas nomenclaturas, distinguindo-se assim do padrão adotado pelas memórias históricas e as notícias do Setecentos e do Oitocentos, que associavam os ribeirões e córregos ao nome de seus “descobridores”, geralmente sertanistas paulistas. Assim, Senna, no Annuário de 1906, esclarecia: “Localidades de Minas Gerais com apelidos e nomes dados pelos aborígenes ou tirados da língua geral dos índios [...] Gualaxo (rio)” (Senna, 1906, p. 160).

Outro elemento que chancelava o caráter científico das corografias da RAPM consistia na produção e/ou apresentação de dados estatísticos. A confluência entre a escrita corográfica e registros quantificados já era promovida desde o Império; no caso de Minas Gerais, o primeiro inquérito estatístico-corográfico foi realizado em 1825. Mas o esforço para organização de um serviço de estatística de Estado só se consubstanciou na República (Caldeira, 2008, p. 96-97): em 1901, o APM foi fundido à Seção de Estatística de Minas Gerais, passando a constituir a Diretoria do Arquivo e Estatística do Estado. Algumas publicações estatísticas foram lançadas a partir daí, como o Dicionário corográfico e estatística corográfica de distâncias do estado de Minas Gerais, de Pelicano Frade (Caldeira, 2008, p. 115-116).

As corografias, em seu viés científico, acompanhavam a produção de cartografias estatísticas no início do século XX na Europa e nos Estados Unidos (Gomes, 2023). Assim, entre 1919 e 1921, foi promovido um recenseamento geral em Minas Gerais pela Delegacia Geral de Recenseamento. Os dados obtidos pelo censo, com recurso a agentes itinerantes (que deveriam seguir minuciosas instruções para recolha dessas informações), foram empregados na produção de diferentes documentos: uma cartografia física e política de Minas Gerais, um anuário e um boletim estatístico-corográfico, além de mapas de todos os 178 municípios mineiros (Gomes, 2023; Caldeira, 2008, p. 128-129). Os cursos d’água eram parte integrante desse boletim, com indicação, por exemplo, do número de cachoeiras e similares no Estado mineiro (Caldeira, 2008, p. 123-124; p.



132). Foi nessa conjuntura que Senna, no livro *A hulha branca em Minas Gerais*, contabilizou quatro cachoeiras no município de Mariana, sendo três delas no rio do Carmo: Cachoeira da Passagem, descrita como uma “pequena queda”; Cachoeira do Furquim, “de altura desconhecida”; Cachoeira do Brumado, “formada pelo rio Brumado”. Já em relação ao rio Gualaxo do Norte, ele mencionou a Cachoeira do Gualaxo, “com 5 metros de queda” (Senna, 1914, p. 122).

Contudo, não bastava apenas conseguir aprimorar a extração do minério e seu transporte comercial. Era também necessário administrar o uso da água exigida pela prática da mineração, assim como com as inevitáveis tensões sociais provindas da ocupação demográfica dos vales dos rios Carmo e Gualaxo do Norte. Os moradores dessas localidades tiveram, desde o século XVIII, de enfrentar dois problemas sérios, que pareciam contradizer-se mutuamente: a falta de água (canalizada para extração do minério) e as inundações, pois devido ao assoreamento dos rios (igualmente provocado pelas técnicas minerárias), na época de chuvas fortes não era incomum ocorrerem alagamentos. Situação contraposta àquela descrita por Senna, em 1906, quando qualificou as redes de abastecimento de água potável e os serviços de esgoto de Belo Horizonte como um dos melhores do mundo (Senna, 1906, p. 132). Mas menções às condições sociais e à configuração étnico-cultural da população habitante nas áreas banhadas pelos cursos hídricos analisados, no bojo da almejada dinâmica modernizadora da região, não foram incluídas nas corografias mineiras – implicitamente, supunha-se que a mudança econômica acarretaria, por seu turno, uma alteração de tais padrões.

Outra menção ao rio do Carmo pelas corografias mineiras republicanas refere-se à utilização de suas águas para produção de energia elétrica. Foi também Senna quem mencionou que a Companhia de Luz Elétrica Ouro-Pretana canalizara as águas do córrego Funil, uma das nascentes do rio do Carmo, como força geradora de eletricidade (Senna, 1911, p. 234). Em 1896, a luz elétrica chegou à Mina de Passagem de Mariana, alterando o ritmo do trabalho e a noção de tempo (Souza, 2009, p. 168), mas só ficou acessível no distrito de Passagem e na cidade de Mariana em 1910, através de contrato firmado entre a Ouro Preto Gold Mines e a Câmara de Mariana (Souza, 2009, p. 374). A contrapartida pleiteada pela Companhia mostrou-se extremamente vantajosa: o direito e a faculdade de extrair das “praias marginais” do Ribeirão do Carmo, na área de sesmaria da Câmara, ouro e quaisquer outros minérios, por qualquer sistema de exploração, bem como a isenção de todos os impostos (Souza, 2009, p. 375).

O conhecimento tecno-científico mostrava-se então mediação necessária a promoção de intervenções no espaço social que – com aporte financeiro e jurídico governamental – supostamente implantariam a modernidade tão apregoada pelas elites (e sua maioria agrária) e camadas médias dos principais centros urbanos do país, inclusive de Minas Gerais.



## Considerações finais

Em conclusão, este artigo postula que os escritos em viés corográfico editados na RAPM ou publicados isoladamente pelos mesmos autores entre o final do século XIX e os anos 1930, ao abordarem os rios do Carmo e Gualaxo do Norte, procederam a uma combinatória epistêmica. Assim, eles aproximavam sua narrativa espaço-temporal a um labor artístico, pois ela deveria culminar na produção de paisagens modelares; simultaneamente, buscavam atender às exigências do método científico então vigentes, expressas, entre outros fatores, por um cuidado com a estatística e a quantificação, direcionado a um uso pragmático e rentável do chamado “mundo natural”. Vale observar que tal configuração híbrida de saber, provinda de uma conjuntura histórica de intensa transposição/concomitância de imaginários e epistemologias (como ocorreu na passagem do Oitocentos para o século XX), fazia-se presente em diversas áreas de conhecimento, a exemplo da literária: desde os anos 1890,

Se por um lado a literatura regional incorporou os procedimentos do naturalismo em seus tons darwinistas, por outro lado mostrou-se espaço privilegiado para a ressurgência da imaginação romântica [...] o mundo rural foi muitas vezes visto como substrato da autenticidade que salvaguardaria a cultura nacional [...] dos efeitos catastróficos do progresso sobre a tradição (Murari, 2002, p. 289).

Em desdobramento, este artigo considera que o elemento central para a “mixagem” romântico-realista na escrita corográfica sobre os rios do Carmo e Gualaxo do Norte pautava-se na reiteração da pujança minerária da região, liame entre o passado, o presente e o futuro. Sob tal perspectiva, Vasconcelos afirmou no parecer que enviou à Câmara de Ouro Preto em 1898, ao ser contratado como agente executivo para elucidar os direitos de propriedade do solo desse município, que “a mineração ainda era um ramo organizado e em pleno exercício” (Silva, 2015, p. 149). Já Pires, um dos autores de perfil modernista, ao tratar do descobrimento do Ribeirão do Carmo, descreveu que “Orientados pelos picos que eriçam as serras de Ouro Branco, do Itatiaia, do Ouro Preto, do Itacolomi e da Cachoeira, seguiam os bandeirantes [...] espalhando-se pelos valles dessas serras, todas elas abundantes do thesouro que procuravam” (PIRES, 1903, p. 929), enlaçando, dessa maneira, a rentabilidade econômica com o cenário paisagístico onde tal riqueza encontrava-se. Também Senna destacou a enorme quantidade de ouro existente no referido curso d’água (Senna, 1913, p. 528); inclusive, é plausível supor que quando ele apresentou, nesse mesmo volume, Barra Longa como o mais importante dos distritos do município de Mariana, explicitando sua localização na confluência dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, a remissão à exploração aurífera tricentenária fosse um dado subjacente à sua consideração (Senna, 1913, p. 532). Senna também se referiu à extração aurífera



no Gualaxo do Norte: “A propriedade adquirida pelo dr. Roque [Schuch] denominava-se Tymbopéba e era banhada pelas águas do rio Gualaxo. Em diversos lugares ele fazia lavrar também o ouro” (Senna, 1911, p. 372).

Não obstante, sem desconsiderar tal hibridismo epistêmico, as corografias que mencionaram esses dois rios no período supracitado podem ser consideradas portadoras de uma moderna concepção de história, pois, de forma geral, mostravam-se claramente orientadas por uma expectativa de progresso, norteada sobretudo pelo desenvolvimento econômico. Sua perspectiva temporal privilegiada era a apreciação detalhada do presente com vistas a um futuro desejável, num cotejamento por distinção com o passado.

Este artigo finaliza-se inspirando-se na assertiva de Koselleck: “[...] recordar que, em maior ou menor medida, as condições naturais da nossa vida seguem presentes é uma das mais nobres mensagens da narrativa histórica, que sempre compreendeu a natureza e o mundo dos homens como unidade.” (Koselleck, 2014, p. 89). Inspirados nessas palavras, desejamos que este trabalho se articule-se, ainda que modestamente, a reflexões historiográficas contemporâneas de cunho ecológico-político. Atualmente, os rios do Carmo e Gualaxo do Norte perduram poluídos e as comunidades que habitam em seu entorno seguem afetadas pela toxicidade inalada. Nesse quadro, as escritas corográficas mineiras do século passado nos fornecem alguns elementos de ponderação: os vetores tecnológicos empregados para rentabilizar os recursos naturais não precisam (e, acrescentamos, não devem) dissociar-se (sequer subordinar-se) de/a uma apreensão estética (portanto, simbólica e intersubjetiva) das águas, que em seu fluxo nos rios, cachoeiras, lagoas... suscita e dinamiza modos históricos de vida, numa efetiva simbiose (sempre tensional) entre humanos e outros-que-humanos.

## Referências

- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A “barca agitada no mar de Tiberíades” e as fronteiras de Minas Gerais na História de Diogo de Vasconcelos. In: ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio. (Org.). **Diogo de Vasconcelos - o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ANTUNES, Álvaro de A.; SILVEIRA, Marco Antônio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano II, n. 1, p.1-10, 2007.
- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de; SILVA, Thiago Henrique Mota. Rústicos e civilizados: representações da sociedade, do espaço e do homem mineiro. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 8, p. 33-68, jan./jun., 2012.
- ARAÚJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 63, p.22-37, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Coleção Nelson Coelho de Senna**. s. d. Disponível em: <https://bit.ly/40nVbGt>. Acesso em: 30 out. 2023.



- CALDEIRA, Sandra Maria. **Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931).** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, Daniel de. Os cyclos da evolução mineira. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 23, p. 19-179, 1929.
- CARVALHO. Jaqueline Lourenço Rodrigues Lopes de. **Cavernas e a proteção do patrimônio espeleológico brasileiro**: mudança de paradigma diante dos fatores de ameaça. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Salesiano, Lorena, 2012.
- COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais, **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 8, p. 399-581, 1903 [1780].
- CPDOC. **Daniel Serapião de Carvalho**. s.d. Disponível em: <https://bit.ly/3YGxkAG>. Acesso em: 30 out. 2023.
- FÁVERO, Franciele. O romantismo e a estetização da natureza. **Revista UDESC**, v. 7, n. 9, p. 206-217, 2012.
- FOLHINHA ECLESIÁSTICA DE MARIANNA. Leal cidade de Mariana. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 11, p. 723-732, 1906.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Os sons e os silêncios nas Minas de Ouro. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, Américas e África. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Fapemig, PPGH-UFMG, 2008.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Números como monumentos: a atuação de Teixeira de Freitas no censo de 1920 em Minas Gerais e a celebração do centenário da independência. **Confins**, n. 59, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4hpFyEQ>. Acesso em 29 out. 2023.
- GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. Inventando a historiografia mineira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua "Primeira Fase", 1907-1927. **Revista de Teoria da História**, n. 11, p. 93-109, mai. 2014.
- GRÁFICA E EDITORA DOM VIÇOSO. **Folhinha de Mariana**. s.d. Disponível em: <https://www.graficadomvicoso.com.br/folhinha-de-mariana/>. Acesso em: 30 out. 2023.
- IHMG [a]. **Daniel Serapião de Carvalho**, s. d. Disponível em: <https://bit.ly/4f72JLB>. Acesso em: 30 out. 2023.
- IHMG [b]. **Nelson Coelho de Senna**. s.d. Disponível em: <https://bit.ly/3NJAsWf>. Acesso em: 30 out. 2023.
- KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. **Escritos II**: Revista da Casa Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto PUC-Rio, 2014.
- MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MATTOS, Cláudia Valladão de. A pintura de paisagem entre arte e ciência: Goethe, Hackert, Humboldt. **Terceira Margem**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, n. 10, p. 152-169, 2004.
- MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba n. 8, p. 83-91, 2004.
- MURARI, Luciana. **Tudo o mais é paisagem**: representações da natureza na cultura brasileira. 2002. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, Gabriel Luz de. **Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais)**: transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.
- PAULA, Jéssica Nayara Sayão de. **Atas novecentistas do IHMG**: edição e proposta de dicionário biográfico. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- PIRES, Antônio Olyntho dos Santos. A Mineração - Riquezas Mineraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 8, p. 879-1037, 1903.
- PIZARRO, Monsenhor. Memórias históricas da província de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 13, p. 523-639, 1908.
- POETAS DE VILA RICA. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 1, p. 391-414, 1937.
- ROCHA, José Joaquim da. Memoria histórica da Capitania de Minas-Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 2, p. 425-517, 1897 [1788].
- ROMEIRO, Adriana. Diogo de Vasconcelos: um historiador para as Minas Gerais. In: ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Diogo de Vasconcelos - o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SENNA, Nelson de. **A hulha branca em Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2<sup>a</sup> ed., 1914.
- SENNA, Nelson de. **Annuario de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906.
- SENNA, Nelson de. **Annuario de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1913.



- SENNA, Nelson de. **Annuario Estatistico Illustrado do Estado de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1911.
- SENNA, Nelson de. Sobre ethnographia brasileira: Principaes povos selvagens que tiveram o seo "habitat" em territorio em Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 25, p. 337-355, 1937.
- SENNA, Nelson de. Toponymia geográfica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 20, p. 191-337, 1928.
- SEVILHA, Fabíula. Os rios e o pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais na Primeira República. In: CAPILÉ, Bruno; SEVILHA, Fabíula; OLIVEIRA, Gabriel Pereira de; CALDERÓN, Vladimir Sánchez (org.). **Às margens do progresso: os rios e a modernização nas sociedades latino-americana**. Maceió: Olyver, 2022.
- SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 1: A - K). Biblioteca Brasiliana guita e José Mindin, 1789.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A Indivisibilidade da Paisagem. **Revista Geoaraguaia**, v. 12, n.2, dez. 2022.
- SILVA, Rodrigo Machado da. **Entre Antigos e Mineiros**: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.
- SILVA, Rodrigo Machado da. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. **Revista TEL - Tempo, Espaço, Linguagem**, Irati, v. 3, n. 3, p. 134-158, set./dez., 2012.
- SILVA, Rodrigo Machado da. Os donos do solo: o parecer de Diogo de Vasconcellos a respeito dos direitos de posse das Sesmarias Municipais de Ouro Preto. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 146-157, jan.-jun. 2015.
- SILVERA, Marco Antonio. Diogo de Vasconcelos e os demônios. In: ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Diogo de Vasconcelos - o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SOUZA, Fabíula Sevilha de. **Astros, órbitas e poderes**: modernidade, desenvolvimentismo e modernização na Primeira República 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais**: a Mina da Passagem de Mariana (1863-1927). 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- TOMA, Maristela. Wilhelm Von Humboldt e a atualidade de seu legado para a Teoria da História. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v.10, n.1, p. 1-29, jan.-jun. 2021.
- VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. **História antiga das Minas Gerais**. Ouro Preto: Beltrão & C., 1901.
- VASCONCELLOS, Diogo Ribeiro Pereira de. Bi-Centenário de Mariana. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 17, p. 23-29. 1912.
- VASCONCELLOS, Diogo Ribeiro Pereira de. Breve descrição geographica, physica e politica da Capitania de Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 6, p. 761-853, 1901b [1807].
- VEIGA, José Xavier da. **Efemérides mineiras**. Acompanhada de: índice onomástico de Maria do Carmo Salazar Muiartins. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998 [1897].
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Exercício de cidadania. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, p. 43-35, 2015.

## Informações Adicionais

### Biografia profissional:

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

Professora titular aposentada da Universidade Federal de Ouro Preto, integrante do Programa de Pós-Graduação em História desta mesma Universidade. Formação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, aí cursando Bacharelado e Licenciatura (1989), Mestrado (1994) e Doutorado (2005). Realização de estágio pós-doutoral em ciências religiosas na Université Laval (2011-2012), em Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2013-2015) e em História na Universidade Federal Fluminense (2020-2021). Pesquisa principalmente os seguintes temas: Cosmopolítica e cosmo-história, territorialidades e sacralidades mineiras, Ensino de História (com destaque às memórias locais).



**Marcone de Souza Guedes**

Possui licenciatura (2018) e mestrado (2021) em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Atualmente, cursa doutorado em História pela mesma Universidade, sendo pesquisador vinculado à Linha de Pesquisa "Poder Linguagens e Instituições" do PPGHIS-UFOP. Possui também Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial e Inclusiva: Ação Docente Especializada (2025). Área de conhecimento: Educação. Integra o Projeto de Extensão Áudio Série Sonoridades Históricas Afro-indígenas de Barra Longa-MG. É orientado pela Profa. Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.

**Endereço para correspondência:**

R. do Seminário, s/n - Mariana, MG, 35420-000

**Financiamento:**

Capes

**Contribuição de autoria:**

Análise formal: BUARQUE, Virgínia; GUEDES, Marcone.

Conceituação: BUARQUE, Virgínia; GUEDES, Marcone.

Curadoria de dados: BUARQUE, Virgínia; GUEDES, Marcone.

Escrita – Primeira Redação: BUARQUE, Virgínia; GUEDES, Marcone.

Escrita – Revisão e Edição: BUARQUE, Virgínia; GUEDES, Marcone.

Investigação: BUARQUE, Virgínia; GUEDES, Marcone.

**Conflito de interesse:**

Não se aplica

**Aprovação no comitê de ética:**

Não se aplica.

**Contexto de pesquisa**

O artigo deriva da tese que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, de autoria de Marcone de Souza Guedes, orientada por Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, com previsão de defesa para o primeiro semestre de 2026.

**Preprint**

O artigo não é um preprint.

**Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais**

Não se aplica.

**Editores responsáveis**

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Iuri Bauler Pereira – Editor executivo

Renata Dal Sasso Freitas – Editora executiva



### Direitos autorais

Copyright © 2025 Marcone de Souza Guedes

Copyright © 2025 Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

### Histórico de avaliação

Data de submissão: 27/02/2024

Data de aprovação: 11/07/2024

### Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

